

SANTO AGOSTINHO: ENREDO HISTÓRICO E PROVIDENCIALISMO

*José Maria G. de Souza Neto*¹

*Juarlyson Jhones Santos de Souza*²

RESUMO

Século V, auge do processo de colapso do Império Romano. Numa busca desesperada para explicar a desestruturação do Império, deparamo-nos com o conflito entre a decadente religião pagã e o Cristianismo. Os primeiros acusavam os últimos de serem os responsáveis pelo caos que assolava o Império, e os últimos teriam como seu principal representante para fins apologéticos Agostinho de Hipona, bispo da Igreja, que em 426 termina sua obra de maior sofisticação retórica: a Cidade de Deus. Objetivamos, por meio deste trabalho, expor alguns elementos da filosofia da História esboçada por Agostinho em sua obra, analisando a maneira como o bispo de Hipona empregou o conceito de providencialismo, que, mesmo sendo herdeiro da visão bíblica, utilizou-se das formas, estruturas e figuras clássicas para ser elaborada.

PALAVRAS-CHAVE: providência; História; enredo histórico.

Saint augustine: historical plot and providentialism

ABSTRACT

Fifth Century, Roman Empire's collapse process. Through a desperate flight in order to explain the above-mentioned Empire disruption, it is presented to us the conflict between the decadent Pagan Religion and Christianity. The first ones accused the last ones of being responsible regarding the chaos that ravaged the Empire and the last ones would have as their – the Christians' – principal representative, for apologetic purposes, Augustine of Hippo, a Catholic Church's bishop who in four hundred a twenty sixth(426) finishes his rhetoric sophistication

¹ Professor Doutor adjunto à Universidade de Pernambuco, coordenador do *Leitorado Antigo* - Grupo de Pesquisa e Extensão em História Antiga da Universidade de Pernambuco), e-mail: zemariat@uol.com.br

² Aluno de Graduação, Universidade de Pernambuco/FFPNM, Bolsista de Iniciação Científica CNPQ/UPE, estudante pesquisador do *Leitorado Antigo* - Grupo de Pesquisa e Extensão em História Antiga da Universidade de Pernambuco, e-mail: juarlyson_historia@hotmail.com

greatest work: The City of God. We have aimed, through this Work, at exposing the Philosophy of History some elements outlined by Augustine in his Work, analyzing the way the bishop of Hippo used the concept regarding Providentialism, who although being a biblical heir, made use of these classic forms, structures and figures in order to elaborate it i.e. his Philosophy of History.

KEY WORDS: providence; History; historical plot.

Como parte integrante daquilo que nós concebemos como cultura, as ideias vão encarnar essa efervescência da maneira mais precisa. A interação de ideias permitiu ao homem a abrangência de sua visão de mundo e das diversas formas de compreender sua própria realidade. Até o século V, o Império Romano viveu uma efervescência de ideias filosóficas que teve como marca principal a interação da religião cristã com o sistema cultural que abarcava o império. Esse sistema era o helenismo, que aspirava à filosofia e que apresentava uma diversidade cultural florescente, na forma da multiplicidade das manifestações religiosas vigentes naquele período. A Igreja não poderia existir isoladamente diante de um mundo que aspirava à filosofia, até que cedeu lugar (ou encontrou lugar) na diversidade de ideias que formavam o helenismo. (CAMPENHAUSEN, 2005, p. 22).

Apesar de ter encontrado espaço no sistema helenístico, o cristianismo será reacionário a certos aspectos desse sistema, colhendo aquilo que lhe era necessário – a filosofia – e rejeitando o que não se encaixava em sua própria dimensão. Dessa forma, a constituição daquilo que se chama de filosofia cristã se formou tendo como objetivo principal a reação a vários elementos do helenismo, dentre eles, a religião pagã. Esta reação tomou forma por meio da apologia, uma maneira de exposição de ideias filosóficas em defesa do cristianismo. A atividade apologética dos primeiros Pais da Igreja produziu carga necessária para a formação de um pensamento filosófico cristão denominado de Patrística. Desde o segundo século, pode-se contar com os momentos iniciais do processo de transformação das ideias dos pensadores patrísticos. A filosofia patrística não apresentou apenas uma reação a elementos externos ao cristianismo. A diversidade de ideias e visões de mundo que se contrapunham dentro do helenismo, acabou por

adentrar os portais da Igreja, configurando formas de entender o cristianismo diversas daquela que os padres da Igreja entendiam como a ortodoxia do pensamento cristão. Essas formas foram as chamadas heresias, que movimentaram cismas e concílios na Igreja dos primeiros séculos e, mais ainda, as divergências da política eclesiástica. Os Pais Apologistas gregos e latinos da Patrística também voltaram sua atenção para os problemas internos do cristianismo, realizando um trabalho duplo. Como parte da cultura que deu origem ao Ocidente pode-se destacar a historicidade dessas ideias. (CAMPENHAUSEN, 2005). Agostinho de Hipona é considerado como o maior representante do pensamento patrístico. Suas ideias sintetizaram, sem abrir mão de sua originalidade, aquilo que a Patrística poderia oferecer de essencial: a reinterpretação do pensamento clássico segundo os ditames cristãos. Agostinho recebe influência do neoplatonismo, assimilando aquilo que era útil para o estabelecimento de sua filosofia cristã, e negando aquilo que não poderia lhe servir ou ia de encontro às suas verdades consideradas sagradas.

Como pensador e bispo da Igreja, Agostinho se envolveu nos mais diversos debates teológicos com o propósito de manter a ortodoxia do cristianismo. Cada controvérsia teológica contribuía, de alguma maneira, para a transformação do pensamento de Agostinho, e essas contribuições serão visíveis em suas obras. Por volta do ano 392, Agostinho discute questões referentes ao bem e ao mal, demonstrando certa superação à doutrina maniqueísta, corrente filosófica que se havia envolvido em momentos antes de sua conversão ao cristianismo, mas não conseguiu desfazer-se do princípio da dualidade herdada nesse momento e que transparece em seus escritos.

Entretanto, dentre todos os debates, a Controvérsia Pelagiana, no início do século V, permitiu a Agostinho o desenvolvimento de seu pensamento acerca da graça, do livre arbítrio e do pecado original, como também questões referentes à constituição do homem, formulando a antropologia agostiniana. Pelágio, monge bretão, começou a difundir suas ideias em 409 quando chega a Cartago, e dentre suas afirmações principais, está o fato de que a salvação depende unicamente da esco-

lha do homem, supervalorizando o livre arbítrio. O homem, por sua vontade, pode chegar até Deus e restaurar sua comunhão com o Criador. Diante disso, Agostinho procura refutar a teologia pelagiana afirmando que a salvação depende da vontade de Deus, que o homem, depois de sua Queda no Éden, tornou-se completamente corrompido em todas as suas faculdades, inclusive seu livre arbítrio. O livre arbítrio humano não tem condições de trazer o homem de volta à natureza divina, e só pode levá-lo a escolher o mal e o pecado. Somente pela Graça, o homem pode ser restaurado, pois ela santifica a vontade humana para que escolha a Deus. “A Graça de Deus, que nos é concedida para bem agir e preservar no bom caminho, impulsiona-nos não somente a poder o que se quer mas também a querer o que podemos”. (AGOSTINHO, 1998, p. 118) Dessa forma, Agostinho refutava as afirmações de Pelágio, e nesse debate, desenvolveu seu conceito de graça e a fórmula teológica que entendia a maneira pela qual o homem poderia ser salvo, por vezes sendo radical, chegando à doutrina da predestinação. (MONDONI, 2006)

Mas esta Graça, sem a qual nem as crianças nem os adultos podem ser salvos, não é dada em consideração aos merecimentos, mas gratuitamente, o que caracteriza a concessão como graça. ‘Justificados gratuitamente pelo seu sangue’. Assim, são dignos de justa condenação os que por ela não são libertados, seja por que não puderam ouvir, seja porque não quiseram obedecer, seja também quando pela idade não puderam ouvir, e não receberam o banho da regeneração que poderiam receber, o qual lhes proporcionaria a salvação. Isso porque levam consigo o pecado, o qual ou contraíram pela origem ou avultaram pelos maus costumes. ‘Sendo que todos pecaram’, seja em Adão, seja em si mesmos, ‘e todos estão privados da glória de Deus’ (Rm 3.23)”. (AGOSTINHO, 1998, p. 115)

Apesar de estarmos lidando com conceitos teológicos, em Agostinho, teologia e filosofia irão confundir-se e, além de produzir vários aspectos, desenvolve um conceito de História, e de tempo histórico que irá revolucionar os elementos da historiografia clássica. Agostinho concederá ao Ocidente um novo enredo histórico, que será esboçado de maneira mais precisa n’A Cidade de Deus, sua obra de maior sofisti-

cação retórica, de apologia ao cristianismo. A Cidade de Deus será o maior tratado apologético de Agostinho, e um dos elementos que irão compor essa apologia é o fato de o bispo de Hipona recorrer ao discurso histórico como elemento retórico.

Dentre os diversos aspectos que compuseram o processo de colapso do Império Romano (MENDES, 2002), as invasões bárbaras ocasionaram uma crítica da reminiscência pagã ao cristianismo. Essa crítica residia no fato de que os deuses estariam furiosos com o império, pois haviam sido abandonados pelos romanos quando o império se tornou oficialmente cristão. Os males que sobrevinham a Roma aconteciam pelo seu abandono aos deuses da tradição pagã. Em resposta à acusação do paganismo, Agostinho escreve a Cidade de Deus refutando cada argumento levantado com exemplos da história romana.

O tratado apologético de Agostinho não se resumiu apenas no combate ao paganismo. Agostinho acaba por desenvolver uma concepção de História que em seu bojo levará consigo elementos que remetem a uma filosofia da História. Em termos iniciais, a partir da análise da Cidade de Deus, Agostinho apresenta um enredo de história humana, que é movida pela Providência divina. Uma concepção providencialista da História. Para Agostinho, depois da queda no Éden, inaugura-se a história humana, que é marcada pela ação providencial de Deus, com o propósito de conduzi-la ao fim determinado. Com base nisso, percebe-se a concepção linear do enredo histórico em Agostinho.

Assim escapou à morte a maioria desses caluniadores de nossa era cristã, que atribuem ao Cristo os males que Roma sofreu; o benefício da vida, por eles devido ao nome de Cristo, não é a nosso Cristo, porém, que atribuem, e sim ao destino, quando se maduramente refletissem, no que suportaram de infortúnios poderiam reconhecer a Providência, que se vale do flagelo da guerra para corrigir e pulverizar a corrupção humana e, atormentando com semelhantes aflições almas justas e meritórias, faz que, depois da prova, passem a melhor destino ou as retém na terra para outros desígnios (AGOS

A providência seria o instrumento pelo qual Deus se utilizava para intervir na História mudando seu curso, conforme lhe aprouvesse. Algo que chama atenção é a maneira pela qual a providência está relacionada às guerras, como foi citado no texto acima. Agostinho em vários momentos de sua análise recorre a acontecimentos históricos, que fazem referência a conflitos bélicos que estão presentes de maneira abundante na história: “Abri as histórias de todas as guerras, quer anteriores à fundação de Roma, quer posteriores ao seu nascimento e à organização de seu Império” (AGOSTINHO, 2006, p. 29). A guerra se apresentaria para Agostinho como um elemento presente na história humana, e a providência aproveitaria o ensejo para o castigo da maldade dos homens.

Pode-se perceber a dualidade pela qual Deus interage com os homens no decorrer da História. Para castigo e punição de pecados, o Deus tinha como seu instrumento a Providência, que apresenta uma ação punitiva, como nos informa Agostinho na citação acerca da providência. Em contrapartida, como sinal de sua misericórdia, Deus intervinha na História humana para conduzir os homens ao arrependimento e à salvação. Episódios como o surgimento de profetas e o envio do Cristo eram apresentados como sendo manifestações da Graça de Deus. Agostinho nos mostra que, pela Providência, o Deus castiga; e pela Graça, ele salva os homens da perdição. Essa dualidade pode ser traduzida na linguagem metafórica da Cidade de Deus e da Cidade dos homens. A providência, como ação punitiva, é usada de maneira particular para com os construtores da Cidade dos homens, enquanto que a Graça age de forma mais efetiva nos ajudantes da Cidade de Deus. Segundo o próprio Agostinho, essas duas cidades estão ainda entrelaçadas, até o momento de separação no Juízo Final. Da mesma maneira, a Graça e a Providência podem agir de maneira conjunta, chegando por vezes a serem confundidas, mas ambas contribuem para a condução da História para o Juízo.

Ninguém de bom senso o atribui ao costume dos bárbaros. Quem lhes assombrou, freou, admiravelmente abrandou as mentes assim truculentas e ferozes foi Ele [Deus], que por boca do profeta há

longo tempo dissera: ‘Castigar-lhes-ei as iniquidades com o cajado e os pecados com os flagelos, mas não os privarei de minha misericórdia’” (AGOSTINHO, 2005, p. 34).

A Providência e a Graça podem agir em conjunto para que o homem seja salvo. Nesse caso, em particular, houve o castigo e o flagelo – a ação da Providência –, mas foi para uma demonstração de misericórdia e Graça. Diante disso, Agostinho converte Clio ao cristianismo: de História Humana, passamos agora considerar a História da Salvação Humana.

Entretanto, a Providência pode ser usada tanto para castigo dos ímpios, como provação para os justos, sendo que a diferença reside no estado final de ambas as classes de pessoas: os ímpios são castigados para a condenação, os justos, para um futuro glorioso. No caso dos justos, o texto abaixo pode sintetizar essa relação da maneira mais precisa: “Não é, por conseguinte, grande dever do cristão, servidor do verdadeiro Deus e suspiroso pela celeste pátria, abster-se de tal crime, quando, seja como provação, seja como castigo, a Providência o entrega por algum tempo ao poder dos inimigos?” (AGOSTINHO, 2005, p. 54). Apesar da dualidade e da relação entre a Providência e a Graça, a última é mais importante no sentido de que faz parte de uma maneira de periodização de tempo, estabelecendo-se como período de tempo final para a História. Quem melhor discute a Graça e sua relação com o tempo é Jerome Baschet. Ao esboçar sobre a linearidade do tempo cristão, Baschet nos informa o seguinte: “Além disso, o tempo cristão é um tempo linear, que se desenrola desde um início (a Criação e o Pecado Original) até um fim (o Juízo Final), passando pela Encarnação, pivô central que altera o curso da história oferecendo a salvação aos homens” (BASCHET, 2006, p. 315).

O autor nos informa acerca da maneira pela qual o tempo foi dividido segundo a interpretação cristã. No período anterior à vinda do Cristo (a Encarnação), temos dois períodos na história humana: *Ante Legem* (antes da lei, do Pecado original a Moisés) e *Sub Lege* (sob a lei, a partir da entrega dos dez mandamentos). Após a Encarnação, inicia-se o período denominado de *Sub Gratiam* (Sob a Graça). Esse perí-

odo é caracterizado pela intervenção direta e constante da Graça na História dos Homens. Por essa ótica, não houve nenhum outro ato providencial maior do que a Encarnação “pois, através da Encarnação, o próprio Deus se inscreve na História” (BASCHET, 2006, p. 315).

Jerome Baschet ressalta, com devida importância, a linearidade do tempo segundo os ditames cristãos. Esta linearidade rompe frontalmente com as concepções cíclicas do tempo, concebidas na Antiguidade, reafirmadas tanto por Aristóteles como por Platão. Agostinho militou contra as concepções cíclicas do tempo quando afirma que “‘o caminho reto’ do Senhor ‘destrói por completo estes ciclos de rotação’” (BASCHET, 2006, p. 316). Nesse ponto, particularmente, pode-se considerar que, apesar de Agostinho receber influências da historiografia e do pensamento clássico, essas influências foram muito bem acolhidas e reconhecidas, mas passaram por um processo de profunda reinterpretação pelo pensamento cristão.

Apesar de o tempo histórico ter passado a ser considerado linear, Baschet defende que há uma ambiguidade, no momento em que, no decorrer do ano (e dos anos), há a instauração de um chamado tempo litúrgico, que se faz sentir mediante as celebrações cristãs presentes na liturgia, que se repetem todos os anos e que fazem lembrar a vida do Cristo e dos santos. Numa macroperspectiva, o tempo histórico é linear, mas numa microperspectiva, ele se constitui como cíclico. É nesse ponto, de maneira muito particular, que Baschet defende a ambiguidade do tempo cristão. Esta ambiguidade existe porque estamos tratando do período da Graça, que é considerado pelo autor como um tempo sem mobilidade e, conseqüentemente, sem história (BASCHET, 2006, p. 318). Mônica Selvatici também considera a imobilidade do tempo histórico a partir da Encarnação, quando nos diz o seguinte:

O evento de Cristo foi desde os primeiros tempos do Cristianismo interpretado numa dimensão escatológica. (o termo escatologia se refere à doutrina das últimas coisas, isto é, o Juízo Final, etc.): chegava-se ao fim da História, uma vez que Deus havia se manifestado e se comunicado totalmente através de Cristo” (SELVATICI, 2005, p. 189).

O conceito de Graça, de maneira muito particular após a Encarnação, apresenta-se como determinante do enredo histórico para Agostinho. No momento anterior à Encarnação, a Graça era manifesta em alguns momentos, mas quando o Deus entra na História, a manifestação da Graça é constante, marcando todo um período histórico final da história humana (ou da salvação humana) que culminará com o Juízo Final. Apesar de ser um tempo de domínio da Graça, a Providência não deixa de intervir, pois “ela forma e dirige os tempos” (AGOSTINHO, 2005, p. 52).

Apesar de considerar a existência da História, e tecer comentários acerca dela, Agostinho nos leva a crer que a História é essencialmente especulativa. Pode-se observar esse aspecto a partir do que o doutor de Tagaste nos informa: “De que modo existem esses dois tempos – o passado e o futuro –, uma vez que o passado não mais existe e o futuro ainda não existe?” (AGOSTINHO, 2007, p. 342). Se passado e futuro, para Agostinho são reduzidos à não existência, então o conhecimento que se tem acerca do passado, ou seja, a História, é especulação, pois o passado não mais existe, e o conhecimento que se tem acerca daquilo que não existe não passa de especulação.

Dessa forma, pudemos compreender alguns elementos que Agostinho nos mostra sobre a História, e a maneira pela qual dois conceitos essencialmente teológicos, como Graça e Providência, contribuíram na elaboração de um enredo histórico para o Ocidente. A importância de um estudo que vise a analisar esses dados reside no fato de que a cristianização do conhecimento histórico apresenta-se como uma parte do caminho pela qual o conhecimento histórico percorreu ao longo do tempo, da Antigüidade Clássica às escolas historiográficas que surgem a partir do século XIX.

Agostinho nos traz várias asseverações acerca da História, e dos mecanismos que a regem. Em Agostinho percebemos a predominância da filosofia e da teologia, mas isso não impede que o doutor da graça desenvolva uma concepção de História que revoluciona os moldes

clássicos da historiografia e determina o fazer historiográfico durante a época medieval. São por essas e outras razões que *Augustinus totus noster est* (Agostinho é todo nosso).

Referências

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus**: contra os pagãos. 9. ed. Trad. de Oscar Paes Lemes. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2006.

AGOSTINHO, Santo. **Tratados da Graça**. Trad. de Agostinho Belmonte. São Paulo. Paulus. 1998. vol. I e II (Col. Patrística).

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Trad. de Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

BASCHET, Jerome. **A civilização feudal**: do ano mil à colonização da América. Trad. de Marcelo Rede. São Paulo: Editora Globo, 2006.

CAMPENHAUSEN, Hans Von. **Os pais da Igreja**. 2. ed. Trad. de Degmar Ribas Júnior. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

CREMONA, Carlo. **Agostinho de Hipona**: a razão e a fé. Trad. de Pergentino Stefano Pivatto. Petrópolis: Vozes, 1990.

MENDES, Norma Musco. **Sistema político do Império Romano do Ocidente**: um modelo de colapso. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MONDONI, Danilo. **História da Igreja na Antigüidade**. São Paulo: Loyola, 2006.

SELVATICI, Monica. Considerações sobre História, Teologia e Pós-modernidade: Para um estudo do cristianismo antigo. **Revista Phoinix**. Vol. X. 2005, p. 88-195.